

TOPONÍMIA E IMIGRAÇÃO NO BRASIL*

*Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick***

RESUMO

A imigração estrangeira no Brasil é recente, data do século XIX; a partir daí, começam a aparecer nomes de origem lingüística na toponímia brasileira, em áreas específicas, num processo vinculado diretamente ao denominador. O presente artigo objetiva o estudo, entre outros, de topônimos alemães e italianos nos Estados do sul do país e a análise de sua natureza toponímica.

Unitermos: Imigração estrangeira – Topônimos estrangeiros – Topônimos transferidos – Áreas de concentração

A toponímia de uma região qualquer, especialmente considerada, vai muito além de um enfoque lingüístico, partindo-se não apenas do pressuposto de que ela deve refletir os estágios de linguagem perpetuados pelos falantes locais. Dentro dessa linha de comando, não haveria, por assim dizer, classes terminológicas especiais destinadas a funcionarem, exclusivamente, como topônimos. Topônimo seria, portanto, todo o fato de língua que, através dele, pudesse registrar uma ocorrência do sistema de comunicação. Nesse caso, o nome de lugar estaria apto a acusar fenômenos lingüísticos vivos ou não, caídos em desuso ou ainda não mostrando essa circunstância, porque a captação dos fatos dar-se-ia no momento mesmo de sua enunciação, perpetuando-os. A língua é dinâmica, evolui com o social, mas não de forma suficientemente rápida e veloz que não possa ser assimilada pela nomenclatura geográfica.

(*) O presente artigo foi apresentado como *Comunicação* ao VI Congresso Brasileiro de Imigração e Integração, em São Paulo, julho de 1987.

(**) Professora Assistente Doutora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Se o topônimo pode apreender o processo comunicativo através de seus sistemas de código, é capaz também de denotar o fenômeno social como um todo, as frases, o uso, o costume, a tradição, a conformação geral da comunidade enquanto agrupamento humano.

Ora, em assim sendo, os diferentes falares que estruturam o linguajar da região poderão subsistir, em maior ou menor proporção, na toponímia local. Há uma seleção natural dentre os temas que ilustrarão a nomenclatura geográfica, pois, quanto maior o número de acidentes componentes tanto maiores as possibilidades de distribuições categóricas, intrínsecas ou extrínsecas, ou seja, relativas aos idiomas e à natureza típica dos designativos.

Países há que se organizam em torno de um bloco monolítico de linguagem, outros não; ainda que estes idiomas não sejam oficiais, há registros anteriores de que, por momentos, foram falados no território, deixando um respaldo, ainda que minoritário, de sua presença.

O Brasil se insere ao lado daqueles que, ostentando uma única língua oficial, oferecem estratos de outras naturezas que indicam povos em presença, de diferentes origens. Foi assim com os africanos, é assim com os povos indígenas, continua sendo assim com os grupos estrangeiros. Camadas superpostas, ou não, que mesclaram o território com um tom heterogêneo, comum àqueles locais onde povos de variadas etnias se entrecruzam, tornando a região uma amostra viva da convivência diferenciada, mas que, nem por isso, deixa de ser harmônica. Sabe-se que, aqui, a diversidade se realiza e se consolida na própria unidade nacional. É o que propalam os técnicos sociais, vendo acima das populações múltiplas a noção de "pátria", como uma organicidade.

Desde que para o Brasil vieram os portugueses, começou a se instalar entre nós uma nomenclatura geográfica que, nos seus primórdios, ou melhor dizendo, nos primeiros acidentes reconhecidos, trazia a visão personalíssima do elemento lusitano, com sua psicologia religiosa e espiritualista aflorando na geografia que, palmo a palmo, ia percorrendo. Parece que para ele não importava a nomeação particular e legítima dos autóctones. Primeiro, porque isto não deveria fazer parte de suas preocupações, depois porque ele estava diante de um povo que desconhecia, em suas reações e sentimentos, a quem ele, o conquistador, viera para dominar. Não apenas pela superioridade numérica mas pela força de suas tradições e pelo poder de seu verbo.

As coisas não foram bem assim. Cerca de dez mil topônimos indígenas estão aí, por todo o Brasil, demonstrando uma vitalidade que talvez não integrasse a visão portuguesa daquela época. Não apenas vitalidade, note-se bem, mas sobretudo antigüidade, resistindo, quantos deles, a várias tentativas de mudança e permanecendo nos mesmos lugares onde surgiram ao branco pela primeira vez. Bertioga é um dos que se conhece, Parati, outro, a Niterói fluminense também, do mesmo modo que os dois ribeiros paulistanos em cujo delta a cidade mameluca nasceu e floresceu. Todos, portanto, muito antigos, permanentes e perenes.

Está claro que esta permanência indígena não foi pacífica. A aplicação da língua estranha a um contexto, que as autoridades monárquicas portuguesas pretendiam ver apenas sob caráter lusitano, crescia rápida. A reação se fez em 1758, no norte do país. Na antiga Capitania do Rio Negro, depois futuro Estado do Grão-Pará, parece ter ocorrido a primeira tentativa de se

transplantar para o novo-mundo brasileiro topônimos estrangeiros. É preciso distinguir-se bem o que se quer dizer: não se trata da transposição de uma língua falada em um lugar para o outro e, sim, do deslocamento de primitivos nomes de lugares, de vocábulos que já nomeiam acidentes geográficos, de uma região para outra. Mas comumente, acreditamos que a transposição ocorre com acidentes culturais ou antrópicos – povoados, aldeias, vilas, cidades – do que com acidentes físicos. Tem-se, mesmo, mais conhecimento de cidades que se nomeiam, identicamente, em pontos distintos, do que rios ou morros ou serras que tragam nomes deslocados de um sítio para outro, para designar também rios, morros ou serras.

Hoje, os atuais Estados do Pará e Amazonas contêm, em sua toponomástica, nome de lugares portugueses como Bragança, Alenquer, Óbidos, Porto de Moz, Barcelos, Faro, Chaves, Vizeu, Alter-do-Chão, Silves, nomes estes que Levy Cardoso, ardente defensor das coisas da terra e da gente ameríndia, em especialmente do norte do país, chama de meras segundas vias de topônimos portugueses, inexpressivos diante da ambientação geográfica da floresta amazônica, tão rica em tradições nativas.

Houve outros nomes portugueses, em outros locais, que lembram, também, uma segunda etapa denominativa, de uma colonização posterior, um interesse não mais de identificar os lugares da terra nova e, sim, trazer para o novo ambiente a presença do velho e tradicional, justificado talvez pelo saudosismo da terra distante ou por qualquer outro sentido de homenagem. Assim, o Ceará conheceu Almofala, Sobral, Arneirós, Viçosa, Crato; a Bahia tem Nova Soure, que é topônimo dos mais antigos em Portugal, citado nas crônicas dos feitos lusitanos.

Mas se isto acontece com lugares ou pontos menores das grandes extensões territoriais, também sucede com elas; quis-se fazer do Brasil uma Nova Luzitânia, como o México foi uma Nova Espanha, o Canadá a Nova França, a Austrália a Nova Holanda.

Bem antes, franceses pretenderam ver o Brasil transformado na França Antártica, nome pelo qual foi chamada, por algum tempo, a Província do Rio de Janeiro; se isto não foi possível, conseguiram, entretanto, deixar impregnada a sua presença histórica no nome da ilha de Villegagnon e no forte Coligny, em homenagem ao Almirante de França, Gaspar de Coligny. Os cronistas quinhentistas nos dão conta destas passagens.

Paralelamente a esses nomes de origem estrangeira, relacionados, contudo, aos períodos de formação histórica nacional, há aqueles que são mais recentes, de procedência também variada, e que trazem em seu interior uma outra origem.

Em tudo e por tudo são diferentes. Outra época, outra situação geoeconômica, outros homens, outras mentalidades. Não há mais o espontâneo da aventura ou do chamamento, a busca fácil da riqueza, o apelo dos produtos que afloravam à costa, mas a intervenção oficial dirigindo os agrupamentos, o trabalho pesado na agricultura ou no criatório, a conquista do interior ainda por desbravar, talvez a hostilidade do brasileiro de agora a sentir no imigrante o concorrente com maiores chances de sucesso porque portador de múltiplas experiências, mas as mesmas dificuldades de toda espécie: clima, relevo, regime de chuvas, hábitos, costumes, cultura, a barreira da língua. A própria localização em colônias trazendo uma bipolaridade: unir o grupo de fora e restringir o contacto com os de dentro, possibilitar que nas proprieda-

des a eles reservadas pudessem desenvolver a sua própria maneira de viver; até que se integrassem à sociedade brasileira, ou não? Ou isso seria uma etapa secundária, uma tentativa a ser buscada "se" acontecesse?

Por isso, para nós, é necessário distinguir-se duas etapas na imigração estrangeira, no Brasil: *a* – o processo histórico, causal e determinativo das condicionantes do próprio fato, no caso, a imigração; e *b* – mais importante, as condições do procedimento de integração do homem ao novo meio, a forma pela qual ele iria conseguir unir as forças que o pressionavam para todos os lados em que se movimentasse: até que ponto seria considerado "brasileiro", sem deixar de ser o natural de seu país; como esta adaptação poderia se processar sem que ambas as partes, o elemento de fora e o de dentro, saíssem deteriorados em sua conduta e em seus sentimentos.

São perguntas que gerações de estudiosos têm procurado resolver da melhor maneira, desde que o fator imigração ainda é um elemento contínuo em nossa sociedade.

Tomando-se por base essas considerações é que nos assalta sempre a dúvida a respeito da toponímia de origem estrangeira. Em que medida ela seria representativa de um fenômeno social, vivenciando de forma a não isolar o imigrante mas ajudá-lo a integrar-se na comunidade recebedora? Seria lícito impedir que o recém-vindo nomeasse a "sua" colônia com uma denominação típica de sua terra? Ou isto causaria uma impressão negativa no país de adoção?

Uma regra toponímica relacionada ao deslocamento dos nomes diz que isto ocorre sob duas condições principais:

- a – acompanhando a migração dos povos, junto com o povo que se muda, portanto;
- b – por mimetismo ou espírito de imitação, vontade de se contar com o "estranho" na nomenclatura nativa.

À toponímia brasileira imigrada aplicar-se-ão essas regras? Vejamos as ocorrências.

Foi diferenciado o contingente humano que o Brasil recebeu a partir do século XIX: açorianos, alemães, suíços, italianos, russos, poloneses, sábio-libaneses... Uma mescla variada de etnias dirigida principalmente aos Estados do Sul, por condições já sobejamente conhecidas.

Por razões diversas, houve, nos primeiros tempos, um afluxo maior de naturais da Alemanha e Itália e, sobre esses grupos, desenvolveram-se, também, os maiores quantificadores de estudos e análises.

Para se ter uma idéia da natureza da toponímia empregada por esses grupos, ou só pelos alemães ou italianos, poder-se-ia iniciar o estudo a partir da verificação nominal das colônias que os abrigaram para se chegar ao resultado pretendido. O nome ou nomes que deixaram eram portugueses ou já traziam em si o germe estrangeirista?

O Prof. Walter Piazza analisou as "migrações e os movimentos migratórios em Santa Catarina"¹ e é dessa perspectiva que abordaremos a toponímia aí inserta.

(1) PIAZZA, Walter F. Migrações e movimentos migratórios em Santa Catarina. *Colonização e migração. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo, 1969. p. 441-9.

Em menos de uma década, duas colônias localizaram-se nos vales litorâneos, a germânica de São Pedro de Alcântara (1829), no vale do Maroim, e a italiana, no vale do Tijucas, de Nova Itália (1836). Depois, surgem outras, modernas ou desmembradas das primeiras, mas os nomes são brasileiros: Itajaí, Saf, a colônia de Manuel Floriano da Silva, no ribeirão do Moura, a Piedade, com 150 colonos alemães, a Santa Isabel que, em 1869, atingiu 1.268 habitantes, transformando-se em freguesia. Em 1851, surge a colônia Dona Francisca, cujo nome foi dado em homenagem à Princesa D. Francisca, esposa do Príncipe Francisco Fernando Filipe de Orleans, Príncipe de Joinville. Em 1853, no vale do Biguaçu, surge a colônia Leopoldina, com poucos belgas e alemães e, em 1854, a Colônia Militar de Santa Teresa; em seis anos, a colônia de Teresópolis, alemã; alguns anos depois, fundou-se São Bonifácio, no Alto Capivari. Depois, a Colônia Nacional Angelina, e a do Príncipe Dom Pedro. No Sul do Estado, aparecem Azambuja e Urussanga. No final de 1888, em Acioly de Vasconcelos e em Presidente Rocha, reuniram-se italianos de várias procedências. Na colônia Grão-Pará, há predominância de poloneses, depois italianos, espanhóis, alemães e russos; surge, a seguir, uma tentativa particular de colonização, a Luís Alves. Com a República, aparecem núcleos oficiais por ela instituídos como os de Anitápolis, Esteves Júnior e Barão do Rio Branco, contando com famílias alemãs, russas e italianas.

Os nomes, como vimos, obedecem a uma sistemática denominativa brasileira, com aqueles de origem hagiotoponímica contrapondo-se a antropônimos e a antropônimos históricos e mesmo os retirados dos acidentes da região. Seria essa já uma tentativa de iniciar o imigrante na história pátria, educando-o seletivamente, com a finalidade básica de integrá-lo ao contexto comum através da toponímia, antecipando, dessa forma, uma função que só o tempo poderia realizar a contento?

Em oposição, Blumenau, Joinville, Nova Itália, são nomes que falam de perto à vivência estrangeira propriamente dita.

Já no Rio Grande do Sul, diz o Prof. Jean Roche, dentre aqueles núcleos portugueses surgem os que se reportam à presença direta do imigrante: Neu Wurttemberg, Hamburgo Velho, Schneidertal (a partir de 1846), Bohnental Jammertal e Wallachei (1849), Teutônia (colônia particular, em 1954). A colônia de Neu Wurttemberg transformou-se em Panambi; para o autor, caber-lhe-ia melhor o nome de Nova Teutônia porque a maior parte dos casais provinha dessa região.

Do glossário levantado por José Boiteux sobre "A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina",² a ênfase foi dada, logicamente, aos nomes de procedência alemã e italiana, com uma supremacia dos acidentes humanos ou culturais sobre os físicos. Há, mesmo, toda uma teoria toponímica a respeito, ou seja, os primeiros nomeados, geograficamente, seriam os acidentes antrópicos, recaindo quase a compreensão geral sobre a prevalência deles relativamente aos físicos: por suas próprias características, podem vir a constituir-se, quantas vezes, em formas únicas na re-

(2) BOITEUX, José. A influência da colonização na toponímia do Estado de Santa Catarina. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador, 7 a 16 de setembro de 1916. I vol. p. 608-17.

gião, dispensando por isso a urgência de um designativo, desde que se tornam conhecidos por todos, pelo próprio termo da designação lexical, enquanto o acidente cultural, por trazer a marca de uma diversidade de indivíduos, necessita de um chamamento personalista.

Mas o que gostaríamos de deixar claro aqui e o que consideramos como teor de expressividade é a proporção dos acidentes físicos nomeados, incluídos entre eles os caminhos; a maioria trata-se de rios ou ribeirões, destacando-se, dentre eles, um ou outro elemento orográfico. Note-se que nos verbetes de alguns desses acidentes, quando designados por antropônimos mais conhecidos, o autor insere a explicação causal do chamamento, o que dá margem a que se possa conhecer melhor a personalidade retratada. É o que acontece, por exemplo, com estes topônimos: Argollostrasse, estrada lembrando o nome do engenheiro que a construiu, Dr. Miguel de Teive Argollo, o topônimo adquirindo a forma lingüística germânica; Boiteux, ribeirão que banha as terras do cidadão suíço Lucas Boiteux; Bruststein, ribeirão em homenagem ao Dr. Frederico Bruststein, diretor da colônia D. Francisca; Scheridan, ribeirão com o nome do cidadão belga empresário da colônia Leopoldina; Zimmerer, morro em homenagem ao Cav. Eugen von Zimmerer, primeiro cônsul da Alemanha, no Estado de Santa Catarina.

Tais topônimos diferem, por exemplo, destes outros: Schmidt, ribeirão afluente do Salto, município de Tijucas; ou de Ilse, ribeirão no distrito de Indaial, município de Blumenau, ou de Hertha, ribeirão no mesmo distrito, porque não se sabe quem foram as personalidades envolvidas e em que medida concorreram para o próprio fato do chamamento.

Não se queira dizer com isso que o acidente cultural vem sempre enriquecido com uma explicação; em certos casos, realmente, o verbete é mais sugestivo, como ocorre em Hammonia, “povoação”, no município de Blumenau. É sede do distrito Hercílio, na colônia Hansa. Situada à margem esquerda do rio Hercílio”; ou com Hansa, “colônia fundada pela ‘Hanseatische Kolonisations-Gesellschaft’, organizada em Hamburgo, em 1879”. Em outros, não.

O *Vocabulário Geográfico do Estado de Santa Catarina* (1950)³ traz outros acidentes que o levantamento do Prof. Boiteux não acusa, talvez pela divergência de datas. A *memória* de Boiteux data de 1916 e o *Vocabulário* é quarenta anos posterior. Assim, aparecem neste topônimos como Weirahn (lagoa, município de Brusque), Westphalia (rio, município de Tubarão), Wiegand (rio da margem esquerda do rio Hercílio), Witmarsum (povoado à margem direita do rio Krauel), Wollstein (rio afluente da margem esquerda do Itajaí-Mirim), Hindemburgo (povoado na região ocidental do município de Curitibanos), Annaburg (povoado no município de Joinville). Como topônimos étnicos lembramos os registros de Alemão (morro a sudoeste do povoado Dedo Grosso, Joinville) e Alemãs (povoado no município de Camboriú), Belgas (ribeirão do município de Itajaí), Castelhana (arroyo do município de Caçador; rio da margem esquerda do rio do Peixe; arroyo do município de Concórdia; arroyo do município de Curitibanos), Castelhanos (arroyo do município de Cruzeiro), Francês (ilha do, município de Florianópolis),

(3) *Vocabulário Geográfico do Estado de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

Galego (rio do, município de Bom Retiro), Húngaro (povoado no município de Jaraguá), Húngaros (ribeirão no município de Jaraguá), Italianos (rio do município de São Bento), Ingleses (povoado no município de Florianópolis), Polacos (rio do município de Tijucas), Polacos ou Simm (rio do município de São Bento), Pomeranos (ribeirão do município de Timbó), Ponta Russa ou do Meio (rio da, município de Brusque), Português (morro do município de Araranguá), Prussiano (arroyo, município de Mafra), Russos (ribeirão do município de Rodeio), Tiroleses (povoado no município de Xaçupé), Milaneses (rio do município de Timbó).

Das regiões possivelmente ligadas à colonização estrangeira, o *Vocabulário Geográfico* lembra estas: Alsácia, povoado no Município de Brusque; Altafona, ribeirão do município de Rio do Sul; Belvedere, povoado a nordeste de Treviso; Califórnia, rio e povoado no município de São José, provável mimetismo toponímico; Filadélfia, povoado no município de Concórdia, também mimetismo?; Inglaterra, rio da margem direita do Biguaçu; Lombardia, ribeirão do município de Nova Trento; Sintra, rio do município de Tubarão; Tirol, povoado na região setentrional do município de Nova Trento e rio do mesmo município); Treviso, vila e sede do distrito de Treviso, no município de Uruçanga.

Sabe-se que, toponimicamente, os nomes estrangeiros podem se deslocar antecidos dos adjetivos *novola*, daí o registro destas ocorrências: Nova Beluno, vila e sede de distrito, município de Uruçanga; Nova Bremen, povoado a nordeste de Getúlio Vargas; Nova Galícia, povoado no município de Porto União e povoado em Tijucas; também ribeirão desse município; Nova Itália, rio formador do rio das Águas Claras, em Brusque; Nova Itália ou Santa Luzia, povoado na região sul-oriental do município de Brusque; e rio do município de Rio Sul; Nova Milano, povoado no município de Concórdia; Nova Roma, povoado no município de Araranguá; Nova Teutônia, povoado no município de Concórdia; Nova Trento, cidade e município; Nova Veneza, vila no município de Criciúma; Nova Vicência, povoado no município de Araranguá; Nova Vicenza, povoado à margem direita do rio Estreito, no município de Cruzeiro.

Se se traçar um paralelo com o mapa atual da região, pode ocorrer que muitos desses nomes já tenham caído em desuso ou cedido lugar a outros, como é comum acontecer em toponímias não estáveis como a nossa, de um modo geral. Acreditamos, porém, que o fato, se real, não invalida a influência que imigrantes italianos, alemães ou de outras procedências deixaram na região. Tivemos, mesmo, oportunidade de, anteriormente, nos referirmos a esse detalhe, através do exame do *Índice dos topônimos*, do IBGE,⁴ quando estudamos as "Origens históricas da toponímia brasileira e os nomes transplantados".⁵ O importante é o que fica, o registro, a notação através do topônimo. Certo que a sua permanência seria aconselhável e a mais acertada possível mesmo que, no local, a população tenha perdido as suas caracterís-

(4) VANZOLINI, P. E. & PAPAVERO, N. Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000 do IBGE. São Paulo, Fapesp, 1968.

(5) DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (24):75-96, 1982.

ticas étnicas e se integrado, definitivamente, à comunidade brasileira. O fato anterior, contudo, fora marcado, indelevelmente.

Com relação ao Estado do Paraná,⁶ também centro recebedor de imigrantes, se bem que em época posterior às outras regiões sulinas, há menos nomes estrangeiros a serem considerados. Poderiam ser citados alguns casos, como o rio dos Alemães, no município de Guarapuava, o salto Alemão, no rio Tibaji, a vila Alemoa, à margem direita do ribeirão da Alemoa e o próprio ribeirão da Alemoa, afluente do rio Cachoeira. É um conjunto toponomástico bem definido, ao que tudo indica, pelo próprio imigrante que ali aportou. O córrego Belvedere repete o nome de dois povoados catarinenses, um, a sudeste de Rio Branco, e o outro, a nordeste de Treviso. O rio Borman parece indicar uma procedência antroponímica germânica, localizando-se no município de Guarapuava, na margem esquerda do Rio Medeiros. Mas há também etnotopônimos de outras procedências: o arroio do Espanhol, em Guarapuava; o ribeirão do Castelhana, a serra dos Castelhanos e o rio Castelhanos, assim como o lugarejo entre as nascentes do ribeirão do Diogo, que recebeu o nome de Castelhanos de Fora, este último elemento sendo considerado comum em toponímia, tanto que denominamos as expressões deste tipo como arquetípicas, porque repetitivas em quase todas as regiões. O morro do Inglês aparece nos municípios de Palmas e de Paranaguá. O salto Faraday, no rio Iguaçu, lembra, ou pode lembrar, um mimetismo, e não, propriamente, uma herança colonizadora. Merece um exame mais detalhado. O rio Keller lembra um antropônimo; está em Londrina. Chamamos a atenção para os nomes seguintes: Nhá Polônia, um córrego afluente da margem esquerda do rio Itaquí, ao que tudo indica, é uma forma de tratamento comum aos brasileiros do interior, deturpação de sinhá, o inusitado ficando por conta da composição, que difere de outras formações existentes, como Nhá Bárbara ou Nhá Silvéria. Nova Dantzig, que aparecia em 1950, não consta mais do *Índice dos topônimos*, o mesmo acontecendo com Nova Tirol e Nova Tóquio. Este último seria um topônimo importante a permanecer, assegurando a presença da imigração japonesa, tão parca de nomes originários, em sua caminhada pelo Brasil. O arroio Pagnoncell, afluente da margem esquerda do rio Iguaçu, teve igual sorte, não mais constando do *Índice*. Uma exceção deve ser aberta: Porto Britânia, povoado na confluência dos rios São Francisco e Paraná, continua sua trajetória toponímica, o mesmo não acontecendo com Porto Ítalo, povoado à margem esquerda do rio Cezatu. O córrego Riems, afluente da margem esquerda do rio Pirapó, pode ter sido absorvido por algum outro designativo. Rolândia é um dos municípios mais progressistas do norte do Paraná e traduz a sua origem germânica na figura do herói medieval, primeiro dos Doze pares de França, sobrinho do Imperador Carlos Magno. Sabaudia, que ainda existe, é o primeiro povoado do interior de Arapongas e traz a designação de uma cidade italiana, cujo objetivo do chamamento foi atrair colonos para a região.

Por outro lado, há nomes que prestam homenagens a colonizadores e são dados pelas companhias loteadoras: Astorga recebeu o designativo para homenagear um dos Presidentes da Companhia de Terras do Norte do Paraná. Califórnia e Clevelândia não são obras de colonos americanos, como se po-

(6) *Vocabulário Geográfico do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950.

deria imaginar, a primeira recebendo o nome por uma semelhança comentada entre o novo sítio e aquele dos Estados Unidos e a segunda homenageando o Presidente norte-americano Grever Cleveland que dirimiu a questão de limites entre Brasil e Argentina. Colorado, ao norte do Estado, também é apenas uma lembrança mimética. Londrina tirou seu nome de Londres porque seus fundadores e o capital necessário ao desenvolvimento local eram de procedência britânica. Um dos sócios de Paranacity viera dos Estados Unidos e, para homenageá-lo, construiu-se este estranho hibridismo indígena. Luanda resultou de um concurso realizado entre os seus primeiros moradores e os membros da Companhia Imobiliária para a escolha do topônimo do lugar. Não é, portanto, fruto de colonização afro-portuguesa.

Resta Assaí, formada de 1932. A Companhia Colonizadora Três Barras fundou uma fazenda no município de São Jerônimo e deu-lhe o denominativo de Assailand, para homenagear colonos japoneses. Houve, atração, realmente, de um grande número de imigrantes e o povoado tornou-se um núcleo dessa comunidade. Os que pretendem ver no topônimo uma origem japonesa dizem que *assaí* significa "sol nascente". Mas *assaí* é também um termo nosso, nativo, de origem tupi, que Theodoro Sampaio diz ser o "fruto que chora, recuma ou deita água, alusão ao coco da palmeira *Euterpe oleracea*".⁷ O *Índice dos topônimos* registra uma pequena divergência lingüística: o Açáí paulista é cedilhado e o paranaense tem duplo s; há também uma Assailândia, no Estado do Maranhão. Teria havido, aqui, também a influência nipônica ou o nome vem apenas comprovar a origem indígena do termo? Fica a dúvida ou a ressalva, que pode ser levada à conta de uma mera coincidência de línguas, em termos vocabulares.

Origem semelhante teve o município paulista de Americana: deve-se ao Imperador Pedro II, a Coronel William H. Norris e a seu filho Robert Norris o estabelecimento da "colônia americana em terras pertencentes aos municípios de Campinas e Piracicaba", posteriormente tornadas Americana e Santa Bárbara do Oeste. Nomes anteriores: Estação de Santa Bárbara e Vila Americana, até 1938, quando receberam em definitivo, a toponímia atual.

Um dos nomes de localidades que pode nos conduzir a erro, fazendo-nos supor tratar-se de colonização estrangeira é o que ocorre com Russas, no Ceará. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1957) relata fatos diversos a respeito dessa progressista cidade às margens do riacho Arahibu, no rio Jaguaribe. Há versões para o nome: a denominação teria sido inspirada pela ocorrência, ao norte da localidade, de blocos de granitos que, vistos à distância, se assemelham a um lote de *bestas ruças*. O termo empregado seria, portanto, *ruça* e não *russa*. Caso de homofonia ao que tudo indica, levando a um erro gráfico, se a versão for correta. O *ruço* do topônimo em questão, cedilhado, é "tirante a pardo, pardacento, pardaço; desbotado pelo uso, surrado; que tem cabelos castanho muito claro". O outro, *russo*, é o termo étnico: "de ou pertencente ou relativo à Rússia ou aos seus habitantes".⁸ Os

(7) SAMPAIO, Theodoro. Vocabulário geográfico brasílico. In: *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. cor. e aum. São Paulo, O Pensamento, 1914.

(8) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

significados não são correspondentes. Uma segunda versão diz que o topônimo deriva da serra do mesmo nome, ao nordeste de Pernambuco, estendendo-se o designativo à localidade.

Como se depreende desse exemplo e de outros que transcrevemos, nem sempre uma forma não vernácula significa indícios de colonização estrangeira, de modo que se possa entender tais topônimos como pertinentes à uma determinada fase imigratória. Cada caso deve ser estudado separadamente para que se tenha dele uma visão adequada e enquadrada no âmbito da questão.

Veja-se, a exemplo, o que acontece com a presença do imigrante japonês no Brasil. Os nomes relativos ao grupo, como etnia transmigrada, não aparecem em macrotoponímia. Não importa alegar que a sua grande chegada em território brasileiro deu-se tardiamente, depois da instalação de outros elementos, ou que as diferenças culturais foram mais fortes que as destes grupos; para nós, porém, o que conta é a força dessa presença e o seu valor sócioeconômico para o país; o que revelaria ter em mente em termos toponímicos. No entanto, não foi o que sucedeu, genericamente. Mas, em microtoponímia, o inverso já está ocorrendo. Já tivemos oportunidade de ressaltar o fato, relativamente à cidade de São Paulo,⁹ quando antropônimos japoneses começam a denominar ruas localizadas em zonas periféricas como Jardim Sarah, Vila Guilhermina, Jardim Japão, Vila Brasilina, Cidade Ipava, Embu, Taboão da Serra, Jardim Peri-Peri e, mesmo na própria zona central, como ocorre com os viadutos Okuhara Koei, na área Rebouças-Consolação, ou o Cidade de Osaka, o Mie Ken ou o Shuhei Uetsuk, na Liberdade.

Para finalizar estas considerações, gostaríamos de deixar claro que a cidade de São Paulo demanda um estudo em separado da categoria toponímica aqui estudada; diga-se, à guisa de esclarecimentos, que o que já fizemos para a colônia japonesa, em termos de toponímia paulistana, estamos preparando para as outras etnias, no estudo da nomenclatura das ruas das cidades, que integra um conjunto mais amplo de análises e pesquisas a que nos dedicamos.

Recebido em 15 de abril de 1988.

ABSTRACT

European immigration to Brazil is recent for it dates from the 19th century. From then on European names began to appear in specific areas of Brazilian toponymy through a process that is linked directly to denominating terms. The present article intends, among other things, to view those toponyms of a German and Italian origin in the states of the South of the country, analyzing also their toponymic nature.

Key-words: *European immigration – Foreign toponyms – Transferres toponyms – Concentration areas*

(9) DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O nome da rua. *D. O. Leitura. Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 4(39):8-9, ago. 1985.